



Senadores definem calendário para votar reforma trabalhista

Acordo entre governistas e oposição estabeleceu votação em comissões até o dia 28. Presidente do Senado, Eunício Oliveira defende o amplo debate

Senadores governistas e da oposição concordaram com um calendário para análise da proposta de reforma trabalhista. A leitura do relatório e dos votos em separado na Comissão de Assuntos Sociais será na terça-feira e a votação será no dia 20. Em seguida, o texto seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça, onde deve

ser votado no dia 28 e seguir para o Plenário. O relatório, do senador Ricardo Ferraço, mantém o texto da Câmara e sugere vetos. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, defendeu o debate em cada colegiado que analisará o texto e anunciou que a proposta será pautada para exame do Plenário imediatamente após ser aprovada nas comissões. **5**



Lider do governo, Jucá (D) faz acordo com Gleisi, Paim, Vanessa e Lindbergh para votação da proposta nas comissões

Pedro Franco/Agência Senado

Senado aprova acordo educacional com Angola **3**

Projetos de lei extinguem horário eleitoral gratuito **4**

Rio 92 será lembrada em sessão temática na segunda-feira **2**

Filho de diplomata poderá trabalhar em Honduras **3**

Proposta estimula criação de hortas em presídios **4**



A diplomata Maria Edileuza fala em sabatina, ao lado de Collor e Helmold

Vai para Plenário indicação de diplomatas para Unesco e Belize

A Comissão de Relações Exteriores sabatinou e aprovou os diplomatas Luciano Helmold e Maria Edileuza Fontenele, indicados para assumir, respectivamente, a embaixada brasileira em

Belize e a representação do Brasil na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). As duas indicações agora dependem da aprovação do Plenário do Senado. **7**

Geraldo Magela/Agência Senado

Será promulgada adesão a acordo que protege crianças

O Plenário aprovou a adesão do país ao acordo internacional que permite ao Comitê sobre o Direito das Crianças, da ONU, apurar violações de direi-

tos das crianças nos países signatários. O acordo também regulamenta a forma de se denunciarem as violações. O texto será promulgado. **3**



Eunício conduz sessão em que Plenário aprovou acordo que protege crianças

Jane de Araújo/Agência Senado

Pesquisa aponta aumento da violência contra as mulheres

O percentual de mulheres que declararam ter sofrido algum tipo de violência doméstica subiu de 18%, em 2015, para 29%, em 2017, mostra pesquisa do Data-Senado feita em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência. O percentual de agressão foi maior em mulheres negras, diz o estudo, que também avalia o conhecimento sobre a Lei Maria da Penha. **4**

Medida dá a Banco Central poder para assinar acordo de leniência

Chegou ontem ao Congresso medida provisória que aumenta os poderes de punição do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários. A MP eleva o valor das multas e permite que os dois órgãos firmem acordos de leniência com empresas que cometeram ilegalidades. O texto agora vai ser analisado por uma comissão mista. **6**

Devedores da Previdência dizem ter créditos a receber

Representantes de frigoríficos grandes devedores do sistema previdenciário afirmaram em audiência na CPI da Previdência que devem muito menos do que têm a receber da União por créditos de PIS e Cofins incidentes nas exportações. Eles se queixam da impossibilidade de compensar esses créditos com os débitos com

a Previdência e da morosidade da Receita Federal, que, segundo eles, chega a demorar 11 anos para ressarcí-los, forçando-os a recorrer à Justiça na maioria das vezes.

Já os senadores criticaram a atitude das empresas e a possibilidade dessa compensação, que reduz ainda mais o fluxo financeiro da Previdência. **8**



Hélio José e Telmário Mota (C) ouvem representantes de frigoríficos

Geraldo Magela/Agência Senado

Senado faz sessão temática sobre os 25 anos da Rio 92

Conferência das Nações Unidas, que reuniu chefes de 170 países, merece ser celebrada pela importância histórica na luta global contra as mudanças climáticas, justificam Viana e Collor, que sugeriram a sessão

O SENADO FARÁ na segunda-feira, às 14h, uma sessão temática para discutir os 25 anos da Rio 92 e da Convenção do Clima. Participarão da sessão representantes de organismos internacionais e especialistas do mundo inteiro reunidos em Brasília para um evento que ocorrerá no Palácio do Planalto no mesmo dia.

No requerimento para a

sessão temática, os senadores Jorge Viana (PT-AC) e Fernando Collor (PTC-AL) lembraram que a Rio 92 reuniu chefes de Estado e governos de mais de 170 países, “sendo uma das maiores e mais produtivas conferências que a Organização das Nações Unidas (ONU) já promoveu”.

O encontro deu origem a cinco documentos que até

hoje servem de base para as negociações que envolvem o meio ambiente. A Convenção do Clima, assinada na ocasião, foi a primeira ação coletiva e multilateral da comunidade internacional para fazer frente ao desafio das mudanças climáticas.

Os senadores ressaltam que, em um momento de instabilidade e insegurança internacional, é muito importante a celebração da Convenção do Clima, marco zero do enfrentamento global da crise climática, no país onde ela foi firmada.

Para os senadores, passados 25 anos, a Rio 92 e a Convenção do Clima merecem ser lembradas e celebradas de modo a proporcionar um momento de reflexão sobre o enorme desafio da transição rumo à economia de baixo carbono.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Lindbergh já é liderança destacada do partido, diz Gleisi, presidente do PT

Gleisi anuncia Lindbergh como novo líder do PT no Senado

Lindbergh Farias (RJ) é o novo líder do Partido dos Trabalhadores (PT) no Senado. O comunicado foi feito ontem ao Plenário por Gleisi Hoffmann (PR), que deixa o posto para assumir a presidência nacional do partido.

— O senador Lindbergh já é uma liderança destacada do partido. Então, fico feliz em indicá-lo e desejar muito sucesso nas batalhas aqui travadas, com resultados para o povo brasileiro.

Os elogios e votos de sucesso a Lindbergh foram reforçados pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e por Raimundo Lira (PMDB-PB). Eunício aproveitou para destacar o trabalho “brilhante e dedicado” tanto de Gleisi como de Lindbergh no Senado.

— Agradeço a confiança dos senadores do PT e de Vossa Excelência [Eunício Oliveira].

Saiba que o respeitamos muito. Vossa excelência age como um verdadeiro presidente: ouve todas as partes — comentou Lindbergh.

Senador diz que assume em situação de crise, mas quer “dialogar e construir”

Lindbergh Farias pontuou que sua gestão como líder do PT se inicia em momento complicado, de impasse violento na política. Em discurso, ele citou as frentes de instabilidade que o país enfrenta e disse ser necessário pensar em saída que deve passar pelo afastamento de Michel Temer.

— Assumo com responsabilidade, mas prevejo muitos impasses pela frente. Espero ter responsabilidade e maturidade para dialogar e construir, porque o Brasil precisa do melhor de cada um de nós.



Michels Izonias/OM

Collor (C), então presidente do Brasil, no encerramento da conferência, em 1992

Hélio José condena saída dos EUA do Acordo de Paris

Para Hélio José (PMDB-DF), a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris é um retrocesso e não há como mensurar o seu impacto no mundo. Ele ressaltou que governadores, prefeitos, reitores e membros da sociedade norte-americana assinaram um protesto e disseram que vão continuar seguindo o acordo para mitigar as mudanças climáticas.

O senador destacou o potencial do Brasil nas energias naturais, ainda pouco exploradas, e disse que o que se faz com a natureza tem repercussão direta na vida humana:

— Pagamos hoje pelos erros de gerações passadas que, por falta de conhecimento, não foram sábias no uso dos recursos.

Simone celebra acordo para produção de tilápia em Mato Grosso do Sul

Simone Tebet (PMDB-MS) falou no Plenário sobre o contrato entre o Ministério da Agricultura e duas empresas produtoras de peixe para o uso do lago do Rio Paraná, em Mato Grosso do Sul, por 20 anos.

— Mato Grosso do Sul vai sair de nono produtor de peixe do Brasil para primeiro. No prazo de três anos, teremos condições de produzir 120 mil toneladas de tilápia por ano.

Ela lembrou que as empresas construirão laboratório de vacina, frigorífico e indústria de farinha e óleo de peixe e de aproveitamento da escama, usada na indústria cosmética.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Renan Calheiros destaca 200 anos da emancipação alagoana

A aproximação dos 200 anos de emancipação política de Alagoas foi lembrada por Renan Calheiros (PMDB-AL). Ele registrou que o bicentenário, celebrado em 6 de setembro, transformou o estado em palco de diversificado programa comemorativo, já em andamento.

O senador ressaltou aspectos históricos, personagens e riquezas naturais e econômicas do estado. Ele destacou, sobretudo, o caráter hospitaleiro do povo alagoano, afirmando que isso foi determinante para que o estado se transformasse num dos destinos turísticos preferidos do país.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Requião pede readmissão de funcionária terceirizada

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou na quarta-feira um ofício ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, pedindo que ele cancele a demissão da funcionária terceirizada Janaína Eugênio de Jesus, que trabalhava no Senado havia 17 anos.

De acordo com o relato do senador na sessão plenária, a empresa Planalto, que presta serviços ao Senado, convocou a funcionária para assinar o aviso prévio porque ela havia apresentado diversos atestados médicos.

Janaína tem uma filha de

3 anos, que apresenta sérios problemas de saúde, incluindo hemorragias frequentes.

Requião explicou que, em razão da doença da filha, que ainda está sob investigação médica e não foi devidamente diagnosticada, Janaína teve que se ausentar parcialmente de suas tarefas laborais em dias e horários diferenciados.

Ele disse ainda que, nos dias em que precisava acompanhar a filha em consultas médicas e exames, a funcionária procurava cumprir pelo menos um período de sua carga de trabalho, exercendo suas fun-

ções normalmente. Somente em caráter excepcional, a ausência era integral.

Na avaliação do senador, o ato demissionário da funcionária é “desumano, injusto e repudiável”. Para ele, se a demissão não for revertida, causará inúmeros outros prejuízos à família, “já combatida pela doença da filha caçula e pelo desemprego do esposo/pai”.

— A empresa, em vez de dar apoio à funcionária, propõe a sua demissão. É o raio do sistema de terceirização, que querem universalizar no Brasil — disse o senador.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Sessão destinada a discursos dos senadores e avisos da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no Plenário: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas comissões: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Plenário aprova adesão do Brasil a acordo que protege direito de crianças

Texto sobre convenção internacional, que agora será promulgado, permite que comitê da ONU investigue denúncias de violação de direitos infantis

O PLENÁRIO APROVOU ontem a adesão do Brasil um acordo para proteção dos direitos das crianças. O texto (PDS 27/2017) agora será promulgado.

O Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo a um Procedimento de Comunicações foi assinado nas Nações Unidas (ONU) em 2011. O acordo cria um procedimento de comunicações individuais para que o Comitê sobre os Direitos da Criança (CDC), da ONU, receba petições que tratem de violações à Convenção sobre os Direitos da Criança, ao Protocolo Facultativo sobre a Venda de Crianças, a Prostituição Infantil e a Pornografia Infantil e ao Protocolo Facultativo sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados.

O documento dá ao CDC o poder de investigar casos de violações graves e sistemáticas dos direitos das crianças, inclu-



Eunício Oliveira conduz sessão em que senadores aprovaram adesão do país a convenção da ONU que protege crianças

sive por meio de visitas, desde que haja o consentimento do país citado. O relator do projeto de decreto legislativo na Comissão de Relações Exteriores (CRE) foi Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE).

Ações emergenciais

Pelo acordo, fica estabelecido que as comunicações poderão ser apresentadas ao

CDC por pessoas ou grupos de pessoas, ou em nome delas, desde que sujeitas à jurisdição de um país e que afirmem ser vítimas de violação cometidas pelo Estado em questão.

Antes do exame do mérito da comunicação, o Comitê sobre os Direitos da Criança poderá solicitar ao país que adote ações emergenciais visando evitar danos irrepa-

ráveis às vítimas.

“Com a ratificação desse instrumento, nossas crianças passam a ter voz perante órgãos internacionais. Viabilizar que as próprias crianças, ou seus representantes, denunciem ao CDC violações a seus direitos implica reconhecê-las de fato como sujeitos de direito internacional”, destacou Fernando Bezerra no relatório aprovado.

Dependente de agente diplomático poderá trabalhar em Honduras

Os dependentes dos agentes diplomáticos brasileiros em Honduras poderão trabalhar naquele país. O mesmo se aplica aos membros de missão oficial de Honduras no Brasil. É o que estabelece acordo binacional aprovado ontem pelo Plenário. O projeto de decreto legislativo (PDS 19/2017) vai à promulgação.

De acordo com o texto, poderão trabalhar no Brasil ou em Honduras o cônjuge, os filhos solteiros menores de 21 anos ou menores de 25 anos que estejam na universidade e os filhos solteiros com deficiência física ou mental.

Autorização

O acordo prevê que o interessado em trabalhar deverá pedir autorização ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil ou de Honduras. No pedido, deverá comprovar a condição de dependente e explicar a atividade remunerada que pretende exercer.

Os beneficiados pelo acordo não terão direito a emprego destinado apenas a nacionais nem a cargo relacionado à segurança do país. Eles estarão sujeitos às regras de reconhecimento de diploma obtido no exterior.

Os dependentes deverão pagar impostos referentes à renda recebida e submeter-se à legislação de previdência social. Não terão imunidade de jurisdição civil ou administrativa em ações contra eles por atos diretamente relacionados com o desempenho da atividade remunerada.

Vai para promulgação tratado educacional entre Brasil e Angola

O projeto de decreto legislativo que aprova o Acordo entre o Brasil e Angola no Domínio da Educação Não Superior e Formação, assinado em Brasília em 2010, foi aprovado ontem no Plenário. O texto (PDS 35/2017) vai para a promulgação.

O objetivo do acordo é fomentar as relações educacio-

nais entre os dois países, com vistas a contribuir para o desenvolvimento do ensino não superior. A cooperação inclui o intercâmbio de estudantes, professores e pesquisadores e de programas e projetos desenvolvidos pelos Ministérios de Educação de ambas as partes, incluindo programas de bolsas de estudos oferecidos

de acordo com as legislações internas.

Para o Ministério das Relações Exteriores, o acordo contribui ainda com a promoção da língua portuguesa e da aproximação entre os países em desenvolvimento, em especial no continente africano.

O relator da proposta na

Comissão de Relações Exteriores (CRE), senador Hélio José (PMDB-DF), destacou, em parecer favorável à proposta, que a melhora da cooperação com vistas ao estímulo do progresso técnico de ambos os países pode favorecer, por igual, o desenvolvimento socioeconômico das respectivas populações.

Reguffe defende concurso para tribunais superiores

A instituição de concurso público para o cargo de ministro dos tribunais superiores e para ministro e conselheiro dos tribunais de contas, com mandato de cinco anos, foi defendida por Reguffe (sem partido-DF). O senador apresentou proposta (PEC 52/2015) com esse objetivo. Para ele, não é justo que um presidente da República, por exemplo, tenha as contas de seu governo julgadas por um ministro do TCU que ele próprio indicou.

— Mesmo a sabatina dos indicados, feita no Senado, não acaba com a natureza anormal do modelo adotado no Brasil. A pessoa, quando vai julgar algo, tem que ser totalmente independente, tem que pensar só com sua consciência — disse.



O senador José Medeiros (PSD-MT) se disse satisfeito por ter sido agraciado com a Ordem do Mérito do Exército Brasileiro e enalteceu as contribuições das Forças Armadas para o país. Entre outras ações, citou a atividade de defesa das fronteiras, a atenção básica a populações isoladas, a responsabilidade pelo transporte de órgãos para transplante e o suporte às equipes de pesquisadores na Antártida.

O senador registrou ainda o apoio ao desenvolvimento de equipamentos de defesa e atividades que possibilitaram o desenvolvimento do setor aeroespacial. Medeiros também lembrou a existência do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), de onde surgiu a Embraer.



Paulo Rocha destaca alto índice de violência no Pará

Paulo Rocha (PT-PA) comentou os números do *Atlas da Violência 2017* que confirmam o Pará entre os cinco estados mais violentos do país. Segundo a pesquisa, a cidade paraense de Altamira apresentou a maior taxa de crimes entre os maiores municípios do país.

O senador atribuiu o resultado ao descaso e à impunidade e destacou as implicações da criminalidade na saúde e no desenvolvimento econômico. Ele também lamentou o elevado índice de homicídios entre jovens e criticou a política de educação do governo paraense, que considera “elitista e excludente”.

Rocha também declarou apoio à realização de eleições presidenciais diretas para resguardar a democracia.



Jorge Viana pede eleições diretas para a Presidência

O atual sistema político-eleitoral está “podre, tal como um remédio que perdeu a validade”, disse Jorge Viana (PT-AC). O senador afirmou que o caminho agora são as eleições diretas para a Presidência da República.

Para Viana, o Tribunal Superior Eleitoral não está julgando apenas a chapa Dilma-Temer, mas todo o sistema político.

Embora tenha dito que o momento não é de “apontar dedos” e generalizar que todos são criminosos, ele observou que “o erro é coletivo”. O senador defendeu um “amplo pedido de desculpas”.

— Passa da hora de tomar uma atitude que deixe de lado as preferências partidárias e os interesses pessoais para pensar o Brasil.



DataSenado: violência contra mulher aumentou

Índice de entrevistadas que dizem ter sofrido agressão doméstica passou de 18% em 2015 para 29% neste ano, mostra pesquisa feita em parceria com Observatório da Mulher

PESQUISA FEITA PELO DataSenado em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência aponta aumento expressivo no percentual de mulheres que declararam ter sofrido algum tipo de violência doméstica. De acordo com o levantamento, o índice passou de 18%, em 2015, para 29%, em 2017. A pesquisa, feita a cada dois anos desde 2005, sempre apontou resultados entre 15% e 19%.

— Eu gostaria de relatar a diminuição da violência que as mulheres sofrem diariamente, mas, infelizmente, essas pesquisas têm demonstrado o quão significativo tem sido o aumento da violência contra as mulheres — lamentou Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) em discurso (*veja na pág. 6*).

No levantamento foram ouvidas, por telefone, 1.116 brasileiras, no período de 29 de março a 11 de abril. Foram feitas perguntas sobre violência contra a mulher, Lei Maria da Penha, machismo e disposição das mulheres de denunciar, entre outras. A margem de erro é de três pontos percentuais e o nível de confiança é de 95%.

Para a diretora da Secretaria de Transparência do Senado, Elga Lopes, responsável pelo relatório, os números preo-



Delegacia de atendimento à mulher em Salvador: cresceu a percepção das mulheres sobre violência, mostra a pesquisa

cupam pelo aumento, mas também podem indicar que as mulheres têm denunciado mais a violência sofrida. Ela citou diversos casos recentes de denúncias envolvendo artistas, que podem ter encorajado as mulheres a denunciar seus agressores.

Percepção

A percepção das mulheres sobre o tema é mais evidente na pesquisa deste ano. Desde 2009, foi incluída uma pergunta sobre a percepção das mulheres sobre o aumento ou a diminuição da violência contra elas. Nesta edição, 69%

disseram que aumentou. É o índice mais alto observado entre todas as edições da pesquisa. Além disso, 89% das entrevistadas disseram ter ouvido falar mais sobre o assunto no último semestre.

— Eu quero acreditar que nós, da Bancada Feminina do Congresso Nacional, tenhamos aí os nossos méritos de termos sido protagonistas dessa história, no sentido de dizer à mulher: não tenha vergonha e não tenha medo, porque nós temos um Congresso Nacional; uma bancada feminina pequena, mas aguerrida e atuante — disse a senadora

Simone Tebet (PMDB-MS).

Outro dado destacado por Elga Lopes é o crescimento no percentual de entrevistadas que disseram conhecer alguma mulher que já sofreu violência doméstica ou familiar. O índice saltou de 56%, em 2015, para 71% nesta edição da pesquisa. Para ela, o dado é preocupante porque significa que essas mulheres estão próximas da violência.

A pesquisa aponta que a mulher que tem filhos está mais propensa a sofrer violência. Enquanto o percentual de mulheres sem filhos que declararam ter sofrido violência

provocada por um homem foi de 15%, o percentual de mulheres com filhos que fizeram a mesma afirmação foi de 34%.

Outra constatação foi uma relação entre a raça e o tipo de violência predominante. Entre as mulheres que declararam ter sofrido algum tipo de violência, o percentual de brancas que sofreram violência física foi de 57%, contra 74% das mulheres negras (pretas e pardas).

Lei Maria da Penha

Todas as mulheres entrevistadas afirmaram conhecer a Lei Maria da Penha. Apesar disso, uma nova pergunta incluída nesta edição da pesquisa mostra que o conhecimento é superficial. Mais de três quartos das entrevistadas, 77%, afirmaram conhecer pouco sobre a lei. Para Elga Lopes, esse dado traz uma mensagem para o poder público.

— Muitas vítimas ouvem falar da Lei Maria da Penha, mas não sabem o quanto a lei pode protegê-las. A principal mensagem que a pesquisa traz é um apelo para que os três Poderes não só combatam a violência contra a mulher, mas também para que tornem mais conhecidos os mecanismos que a lei traz — alertou.

Propostas acabam com horário eleitoral gratuito

O horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão pode ter fim, segundo o Projeto de Lei do Senado (PLS) 108/2017, de Paulo Bauer (PSDB-SC). A proposta prevê a extinção dos programas políticos em todos os canais da TV aberta em períodos de eleição. O texto encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e aguarda relator.

O projeto altera duas leis, a das Eleições (Lei 9.504/1997) e a dos Partidos Políticos (Lei 9.096/1995). Pela proposta, contudo, é mantida a previsão de debates entre os candidatos promovidos pelas emissoras de rádio e televisão. Além disso, o uso de imagem e voz de candidatos e militantes de partidos é permitido via internet e outros meios audiovisuais de propaganda que não o rádio e a televisão.

Para Bauer, “boa parte do debate político-partidário é travado por intermédio das redes sociais”. Nesse sentido, ele cita que a legislação já prevê uma regulamentação “razoável” da propaganda eleitoral via internet.

Ele justifica o projeto evidenciando os altos custos da propaganda partidária para

o governo. O horário eleitoral gratuito não implica despesas para os partidos, mas as emissoras não deixam de receber o equivalente financeiro pelo tempo de divulgação.

Segundo o senador, nos últimos 12 anos o governo gastou R\$ 3,57 bilhões com o horário, um valor expressivo que não entra nos cofres públicos. Bauer defende que “é preciso estimular os partidos e candidatos a voltarem às ruas para um contato maior com a população”.

“Marketagem”

Bauer critica a prática de “marketagem”, ações que maquiagem e controlam a imagem de um candidato, posicionamento semelhante ao de Cristovam Buarque (PPS-DF) no PLS 142/2015. O projeto também está na CCJ aguardando relator.

De acordo com o senador, “o excesso de marketing eleitoral utilizado na propaganda eleitoral no rádio e na televisão tem contribuído para distorções e manipulações do processo eleitoral”.

No projeto, as propagandas eleitorais e partidárias na TV e rádio também acabam, e

a extinção se estende para a publicidade paga pelos partidos. Ele argumenta que os custos em publicidade “têm contribuído para as relações promíscuas entre os políticos e a atividade empresarial” e, por isso, são necessárias mudanças na legislação.

Importância

Há quem defenda no Senado, no entanto, proposta diferente quanto ao tempo de duração. Para Ronaldo Caiado (DEM-GO), a propaganda eleitoral gratuita é “um ativo da maior importância” para influenciar a filiação partidária. Segundo ele, a propaganda é um instrumento que permite aos partidos obter mandatos e assim realizar seus objetivos institucionais.

O senador propôs o PLS 167/2016, que redistribui o tempo de propaganda no rádio e na televisão caso um parlamentar perca o mandato por decisão definitiva da Justiça Eleitoral. A proposta se baseia no fato de a legislação dividir o horário para divulgação eleitoral no rádio e na TV entre partidos e coligações, e não entre candidatos. O texto aguarda relator na CCJ.

Projeto incentiva cultivo de hortas orgânicas em presídios

Estabelecimentos prisionais poderão incentivar o cultivo de hortas orgânicas em suas dependências. Está em tramitação o Projeto de Lei do Senado (PLS) 117/2017, que modifica a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/1984) adicionando um artigo que propõe a atividade em presídios.

Apresentado por Maria do Carmo Alves (DEM-SE), o projeto sugere que presos cuidem e produzam hortaliças orgânicas para serem consumidas na própria unidade prisional ou enviadas para doação a instituições de caridade.

Na justificativa da proposta, a senadora citou dois exemplos. O primeiro foi a iniciativa adotada no Presídio Professor Jacy de Assis, em Uberlândia, no Triângulo Mineiro, onde os internos produzem cerca de 400 caixas de legumes e hortaliças por mês. O segundo é o da Penitenciária Modulada de Montenegro, no Rio Grande do Sul, onde que foi criado o Projeto Plantando um Futuro Melhor, no qual uma horta

comunitária é cultivada pelas detentas.

A senadora destacou também a contribuição das hortas na redução dos custos com a manutenção do estabelecimento penal. De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cada preso custa em média R\$ 2.400 aos cofres públicos por mês. Em penitenciárias federais, esses valores chegam a cerca de R\$ 3.470 mensais. Segundo o CNJ, o Brasil possui uma população carcerária de aproximadamente 700 mil pessoas.

Além disso, Maria do Carmo defendeu que a atividade pode auxiliar na ressocialização dos detentos. “O trabalho nas hortas funciona como medida terapêutica além de contribuir para reconstrução dos laços sociais do detento na medida em que ele retoma uma função na sociedade”, diz na justificativa do projeto.

O texto aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde tramita em decisão terminativa.

Acordo define votações da reforma trabalhista

Governo e oposição estabeleceram calendário para análise nas comissões até o dia 28. Em seguida, proposta deverá ser pautada de imediato para análise pelo Plenário

OS INTEGRANTES DA Comissão de Assuntos Sociais (CAS) firmaram um acordo ontem sobre a tramitação do projeto da reforma trabalhista.

Na terça-feira, serão lidos na comissão o relatório de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) — o mesmo apresentado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), mantendo o texto aprovado na Câmara dos Deputados — e os votos em separado que forem apresentados pela oposição. A votação do texto deve ocorrer no dia 20.

No dia 21, o voto de Ferraço e os relatórios alternativos serão lidos na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A votação na CCJ está agendada para 28 de junho. A partir daí, o texto seguirá para o Plenário.

— A reforma trabalhista já poderá ser votada em Plenário a partir do dia 28, mas aí quem pauta é o presidente do Senado, Eunício Oliveira — disse o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR).

Eunício disse que a proposta será pautada para o Plenário tão logo seja aprovada nas comissões (*veja ao lado*).

Entendimento

Paulo Paim (PT-RS), que esteve à frente da elaboração do calendário, ao lado de Jucá, afirmou que “firmar um entendimento para o encaminhamento da análise, independentemente do resultado da proposição, é bom para o Parlamento”. A oposição temia que o texto fosse analisado em regime de urgência, indo para o Plenário sem passar por todas as comissões previstas.

— É positivo para as boas relações, independente do



Para Marta, presidente da Comissão de Assuntos Sociais, não há irregularidade em pautar análise de relatório de Ferraço

resultado. E que, no voto, se decida — afirmou Paim.

A previsão era que o relatório de Ferraço fosse lido ontem. Mas os senadores da oposição questionaram o cumprimento dos prazos. Apesar de estar na pauta desde terça-feira, o relatório só foi incluído na quarta à tarde. A oposição exigiu um intervalo de pelo menos 48 horas desde a inclusão.

A presidente da CAS, Marta Suplicy (PMDB-SP), afirmou que a montagem da pauta é uma prerrogativa sua e que não há irregularidade em pautar o projeto.

Cronograma de votação da reforma trabalhista	
Junho	
Dia 13	CAS: Leitura do relatório de Ricardo Ferraço e de votos em separado
Dia 20	CAS: Votação da proposta
Dia 21	CCJ: Leitura de relatório de Ricardo Ferraço e de votos em separado
Dia 28	CCJ: Votação da proposta

Paim defende que Senado faça alterações sem contar com vetos presidenciais

Paulo Paim (PT-RS) elogiou o acordo sobre o andamento do projeto da reforma trabalhista. No entanto, ele disse esperar que os senadores promovam alterações no texto durante a análise da proposta no Plenário. O relatório aprovado na CAE e em análise na CAS mantém o projeto como foi aprovado na Câmara. Segundo o senador, os deputados incluíram “diversas maldades” no texto que receberam do Executivo.

— Não podemos ficar vislumbrando que um presidente, que pode ser Temer ou outro, vai vetar ou não. O Senado deve fazer a sua parte e retirar o que acha que está apodrecendo ali dentro do texto — defendeu.

Na avaliação do senador, o projeto é prejudicial aos trabalhadores, pois retira quase todos os direitos conquistados ao longo de décadas.

Vanessa nega que oposição queira retardar análise do projeto

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) negou que a oposição esteja agindo para retardar a tramitação do projeto da reforma trabalhista. O relatório seria lido ontem na Comissão de Assuntos Sociais, mas a Minoria alegou atropelo de prazo mínimo exigido pelo regimento. A leitura ficou para a semana que vem.

Ela reforçou que a ideia não é adiar a deliberação, mas ter tempo para dialogar, e disse que a proposta atual elimina direitos básicos do trabalhador.

Vanessa frisou que não deve ser levada em conta a promessa de que o presidente Michel Temer vetará os pontos mais danosos, corrigindo-os por meio de projetos e MPs.

— Por que delegar ao Executivo o que é dever do Legislativo? É voz corrente o que todos dizem: não se sabe quem será o presidente de amanhã.

Eunício Oliveira volta a defender amplo debate sobre proposta

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, reafirmou ontem que a reforma trabalhista será votada sem pressa. Ele defendeu um amplo debate sobre a proposta.

— Na medida em que eu distribuí a matéria para ir a três comissões, é natural que eu defenda que passe pelas três comissões. Eu acho que o debate e o posicionamento de cada senador e de cada partido são naturais neste processo.

Para Eunício, a proposta precisa tramitar sem aceleração e ser devidamente discutida em cada colegiado.

— Não há açodamento para essa matéria. O Congresso vai funcionar, pelo menos, até o dia 14 de julho. Nós temos prazo até lá — afirmou.

O presidente do Senado falou ainda que a proposta será pautada para o Plenário tão logo seja aprovada nas comissões.

— A matéria, passada nas três comissões, vem para o Plenário e não tem motivo para eu não pautá-la de imediato. A minha responsabilidade com o país é pautar essa matéria para que seja votada assim que ela chegar pronta para o Plenário — afirmou

Da Assessoria da Presidência do Senado

Segurado da Previdência com câncer pode ter estabilidade no emprego

Por unanimidade, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto que concede garantia de emprego por um ano, no mínimo, ao segurado da Previdência Social com câncer que receber auxílio-doença. A proposta (PLS 14/2017), de Eduardo Amorim (PSC-SE), recebeu decisão final e deve seguir para a Câmara, se não houver recurso para ir ao Plenário.

Amorim pretende estender ao segurado com câncer, após o término do auxílio-doença, a garantia de permanência no emprego estabelecida pela Lei de Benefícios da Previdência Social (Lei 8.213/1991).

Pela proposta, a estabilidade é assegurada ao trabalhador mesmo que a doença seja anterior a sua filiação no sistema

previdenciário e independentemente de ele ter sofrido, ou não, acidente de trabalho.

O senador ressaltou que a pessoa acometida pelo câncer já passa por um momento difícil da sua vida e não deveria ter mais um sofrimento com a perda do emprego.

O relator, Paulo Paim (PT-RS), ressaltou a “pertinência e oportunidade” da proposta. Ele observou que uma decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) já tem assegurado o direito à reintegração para os empregados com câncer.

“A dispensa injustificada, além de representar um ato discriminatório, pode ocasionar nesse trabalhador sérios transtornos, como o de levá-lo a desenvolver uma depressão profunda”, considera Paim.

Roberto Rocha destaca benefício a pequenos municípios

A derrubada do veto presidencial à redistribuição da receita tributária em operações como leasing e cartões de crédito vai reforçar a arrecadação dos pequenos municípios, afirmou Roberto Rocha (PSB-MA).

— Até então, em todas essas operações a receita ia apenas para o município sede da empresa operadora. A partir de agora, as receitas serão distribuídas para o município onde for feita a compra — disse o senador.

A redistribuição está prevista em um dos trechos que haviam sido vetados pelo governo na nova lei do ISS.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Gurgacz critica falta de água tratada em Porto Velho

Acir Gurgacz (PDT-RO) apontou dificuldades enfrentadas pela população de Porto Velho em razão da escassez de água tratada e saneamento básico, responsável pela proliferação do mosquito da dengue e de outras doenças. Ele atribuiu o problema aos governos anteriores por incapacidade técnica e má aplicação de recursos.

Gurgacz citou um levantamento que coloca Porto Velho em penúltimo lugar entre as 100 maiores cidades brasileiras no fornecimento de água tratada. Na coleta e no tratamento de esgotos, a capital ficou em último lugar.



Jonas Pereira/Agência Senado

Dário relata estragos causados por chuvas em Santa Catarina

Dário Berger (PMDB-SC) lamentou ontem as chuvas que atingem Santa Catarina há duas semanas. Segundo o senador, quase 30 mil pessoas foram atingidas em 91 municípios, especialmente no Alto Vale do Itajaí e na Serra Catarinense.

Ele lembrou que fatos como esse ocorrem com frequência em Santa Catarina e, por conta disso, cobrou a modernização da defesa civil para permitir que os estragos sejam minimizados no futuro.

O senador informou que o ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, visitará o estado na segunda-feira para verificar os estragos provocados pela chuva.

Medida permite que BC faça acordo de leniência

Por meio de MP, governo aumenta multas e dá mais poderes ao Banco Central e à Comissão de Valores Mobiliários para punir condutas lesivas ao sistema financeiro do país

O CONGRESSO RECEBEU ontem uma medida provisória que cria um novo marco regulatório para o processo administrativo sancionador (que busca a responsabilização e a punição de condutas lesivas) instaurado pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A MP 784/2017 eleva valores de multas e autoriza as duas instituições a assinar acordo de leniência para apurar condutas lesivas ao Sistema Financeiro Nacional. Além disso, permite ao Banco Central adotar o termo de compromisso como alternativa ao processo administrativo. O instrumento existe na CVM desde 1997.

O objetivo da norma, segundo as duas instituições, é conferir maior agilidade e efetividade aos processos administrativos contra pessoas físicas ou jurídicas que atuam no Sistema Financeiro Nacional (como bancos, câmaras de custódia e corretoras), inclusive as auditorias independentes que prestam serviço para esse setor da economia.

No caso do Banco Central, a MP elenca 17 infrações puníveis e 5 infrações graves apuradas em processo administrativo sancionador. Entre as infrações puníveis, estão realizar operações em desacordo com os princípios que regem a atividade, estruturar operações sem fundamentação econômica e negociar títulos em preços destoantes dos praticados pelo mercado, em prejuízo próprio ou de terceiros.

Entre as infrações graves, estão assumir risco incompatível com a estrutura



Sede do Banco Central, no DF: MP cria lei para instituição punir conduta lesiva ao sistema financeiro

patrimonial da instituição financeira, dificultar o conhecimento da real situação patrimonial ou financeira e causar perda da confiança da população no uso de instrumentos financeiros e de pagamento.

Penas

As penas incluem admoestação pública (publicação da decisão condenatória), multa, inabilitação do administrador e cassação da autorização para funcionamento. A multa será de no máximo R\$ 2 bilhões.

A MP determina que o BC, ao definir a pena, levará em consideração fatores como reincidência, gravidade e duração da infração, grau de lesão ao Sistema Financeiro Nacional e a capacidade econômica do infrator.

O texto permite que a autoridade mo-

netária dispense a abertura de processo administrativo se considerar baixa a lesão ao Sistema Financeiro Nacional ou entender que pode utilizar outros meios de supervisão.

A MP determina que o recurso contra decisão condenatória só será recebido com “efeito devolutivo”. Ou seja, a condenação será executada imediatamente, mas em caráter provisório, até o julgamento do recurso, que pode validá-la ou não. O efeito devolutivo também valerá para as condenações aplicadas pela CVM.

A medida provisória autoriza o BC a utilizar o termo de compromisso “em juízo de conveniência e oportunidade”. O instrumento poderá levar à suspensão ou à dispensa do processo administrativo. O investigado será obrigado a cessar a prática sob investigação, corrigir as

irregularidades apontadas e indenizar os eventuais prejuízos apurados.

A princípio, o documento assinado pelas partes será publicado na página do BC na internet. Não haverá publicidade se o BC entender que as informações contidas no termo podem colocar em risco a estabilidade e a solidez do Sistema Financeiro Nacional e do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).

Segundo a MP, o procedimento administrativo será arquivado se o investigado cumprir todas as condições previstas no termo. O descumprimento levará à retomada do processo e o investigado poderá ser acionado judicialmente.

O texto em análise no Congresso autoriza o BC e a CVM a assinar acordo de leniência com pessoas físicas ou jurídicas que confessarem a infração. A colaboração poderá extinguir o processo em curso ou reduzir a punição entre um terço a dois terços.

O acordo obriga a parte a identificar os envolvidos e apresentar informações e documentos que comprovem a infração. Caso o beneficiário não cumpra com as obrigações, o acordo será desfeito e não poderá ser celebrado novamente pelo prazo de três anos.

A MP determina a publicidade do acordo após a efetivação. Mas ele poderá ser mantido em sigilo por interesse das investigações ou do processo administrativo.

O texto será analisado por uma comissão mista. O parecer da comissão será depois votado nos Plenários da Câmara e do Senado.

Da Agência Câmara

Randolfe Rodrigues celebra centenário da Assembleia de Deus no Amapá

Os 100 anos da instalação da Assembleia de Deus no Amapá foram ressaltados por Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Segundo o senador, foi a primeira igreja evangélica a se instalar no estado “e da qual faz parte mais da metade dos crentes do estado”.

— A igreja chegou ao Amapá em 27 de junho de 1917, por meio dos teólogos Gunnar Vingren e Daniel Berg, suecos radicados nos Estados Unidos, que se dirigiram ao estado e lá se instalaram.

O senador destacou também o trabalho comunitário que a igreja desenvolve no Amapá.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Hélio José apoia ferrovia entre Brasília e Goiânia, com trem de média velocidade

A ativação do trem de média velocidade entre Brasília e Goiânia recebeu o apoio de Hélio José (PMDB-DF). Para o senador, a implementação da ferrovia, chamada Transpequi, faz parte da conquista do Brasil Central e do projeto de desenvolvimento nacional.

Hélio José disse que no Distrito Federal há só 40 quilômetros de ferrovias, subutilizadas. O senador disse esperar que a parceria público-privada para o empreendimento tenha êxito e que o projeto motive a implementação de outras estradas de ferro de passageiros servindo o Entorno do Distrito Federal.

— A rapidez e a segurança das ferrovias poderiam melhorar a vida de 2 milhões de pessoas na região.

Medeiros apresenta voto de aplauso ao Ministério da Educação e defende ministro

José Medeiros (PSD-MT) apresentou um voto de aplauso ao Ministério da Educação, na quarta-feira, por entender que a pasta vem tomando “medidas austeras e pragmáticas para que os resultados sejam proporcionais aos recursos empregados no setor”. O senador repudiou tumulto ocorrido na semana passada em audiência sobre educação na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Ele criticou a postura de Fátima Bezerra (PT-RN) e disse que o debate foi organizado apenas para fazer “política partidária”.

— Os senadores montaram uma casinha para atingir Mendonça Filho [ministro da Educação] e falar mal do governo. Não se falou sobre educação.

Vanessa cita pesquisa do DataSenado e condena violência contra mulheres

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comentou uma pesquisa sobre violência de gênero, do DataSenado em parceria com o Observatório da Mulher do Senado. Na opinião da senadora, o observatório tem sido muito importante para embasar a luta contra a violência.

As entrevistadas que declararam já ter sofrido algum tipo de violência passaram de 18% para 29%, em comparação com a pesquisa anterior. Entre as que afirmaram já ter visto violência contra outras mulheres, o índice passou de 56% para 71%.

— Quando a mulher sofre e denuncia, ela está sujeita a outra violência. A violência contra a mulher tem aumentado muito. Os números são terríveis.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Comissão aprova indicação de diplomatas para Unesco e Belize

Indicada para o órgão da ONU defende que país quite compromissos financeiros com a entidade. Os nomes vão para o Plenário

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem a diplomata Maria Edileuza Fontenele Reis para a chefia da representação brasileira na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o diplomata Luciano Helmold Macieira para a embaixada do Brasil em Belize. As indicações serão votadas pelo Plenário.

Na sabatina, Maria Edileuza abordou a crise financeira pela qual passa a Unesco. Alguns países não estão honrando compromissos com o órgão, entre eles os Estados Unidos, Israel e o Brasil. A diplomata afirmou que honrar os compromissos do país será uma de suas prioridades caso a indicação seja confirmada.

— Precisamos quitar nossa parte pelo menos até 30 de outubro, nem que sejam somente as parcelas referentes ao biênio 2014–2015 — disse.

A próxima assembleia geral da entidade, que fica em Paris, está prevista para novembro.

A diplomata informou que os EUA e Israel deixaram de



Fernando Collor (C) conduz sabatina de Maria Edileuza Fontenele, indicada para Unesco, e Luciano Helmold, para Belize

repassar recursos ao órgão em 2011, quando a Unesco acolheu a Palestina como um dos membros. O Brasil votou a favor da entrada da Palestina.

— Por mais técnica que seja a atuação da Unesco, ela não está livre de injunções políticas. A Palestina teve o apoio da maioria, inclusive do Brasil, não só na Unesco, mas em outros fóruns multilaterais — afirmou ela, deixando claro que o Brasil vai continuar defendendo a coexistência pacífica entre Israel e a Palestina, por meio de dois Estados soberanos.

A crise financeira da entidade prejudica o auxílio às dezenas de milhares de refugiados que vivem em campos mantidos pela ONU, disse a diplomata. Também vem prejudicando a atuação do órgão em programas educacionais em países de Ásia, África e América Latina.

Quanto à importância que o Brasil tem para a Unesco, Maria Edileuza destacou o fato de a maior representação internacional da entidade fora de Paris ser a de Brasília.

Petróleo

Em resposta a uma indagação do senador Armando Monteiro (PTB-PE), o diplomata Luciano Helmold, indicado para a chefia da embaixada brasileira em Belize, afirmou que o país centro-americano passa por uma crise financeira, em parte porque o setor de petróleo não se desenvolveu como o esperado.

Belize descobriu relevantes reservas petrolíferas em 2005, melhorando a renda do país por meio das exportações, mas novas reservas ainda não

foram encontradas, o que tem levado a quedas na produção e um forte déficit fiscal, uma vez que investimentos foram realizados na esperança de que a bonança continuaria.

— Eles ainda acreditam que vão achar mais petróleo, porém isso não ocorreu até o momento. Eles foram pegos de calças curtas e o déficit explodiu.

O intercâmbio comercial do Brasil com Belize é pequeno — US\$ 5 milhões no ano passado, em parte devido ao fato de a economia do país centro-americano ser incipiente em diversas áreas, segundo Macieira. Caso tenha a indicação aprovada, ele pretende incrementar a colaboração brasileira, especialmente no setor da agricultura.

Também foram aprovados dois acordos: um com o Peru (PDS 16/2017), sobre integração fronteiriça na área de telecomunicações, e outro com a Turquia (PDS 45/2017), sobre assistência mútua administrativa em temas aduaneiros. Ambos ainda serão votados pelo Plenário.



Collor quer maior rapidez na aprovação de acordos internacionais

O presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Fernando Collor (PTC-AL), informou que articulará com a presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), a apresentação de um projeto alterando as normas regimentais do Congresso.

O objetivo é que o Parlamento analise com maior eficiência e rapidez os acordos internacionais assinados com outras nações e organismos multilaterais, mas que tardam a produzir efeitos, disse, devido à lentidão do Congresso.

— Chega a ser vexatório para o nosso país, este é um nó que temos que desatar. Tem

acordos que ficam dez anos tramitando pelo Congresso — disse Collor, observando que, antes de ser formalizada, a proposta deve ter a anuência dos presidentes do Senado, Eunício Oliveira, e da Câmara, Rodrigo Maia.

A proposta foi apoiada por Armando Monteiro (PTB-PE), Cristovam Buarque (PPS-DF)

e Jorge Viana (PT-AC), que acreditam que parte da solução passa por uma tramitação mais rápida na Câmara.

Durante a reunião, foi adiada, a pedido de Cristovam, a votação do acordo que trata da criação do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, assinado pelo Brasil em 1928 (PDS 99/2017).

Comissão ouvirá ministro da Defesa sobre acordo com Estados Unidos

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem a realização de audiência pública com o ministro da Defesa, Raul Jungmann. Na pauta, o recente acordo firmado pelo governo brasileiro com os Estados Unidos para cooperação bilateral no setor.

O Ministério da Defesa do Brasil e o Departamento de Defesa dos Estados Unidos concluíram em março um convênio para troca de informações em pesquisa e desenvolvimento em defesa. O acordo permitirá aos dois países desenvolverem projetos tecnológicos em parceria.

Um dos pontos que chamou a atenção de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), autora de um dos requerimentos aprovados, é a permissão para que os norte-americanos usem a Base de Alcântara (MA) no lançamento de foguetes. O outro requerimento aprovado, de Romero Jucá (PMDB-RR),

também prevê que o ministro detalhe o recente acordo.

Outro tema que será abordado, de acordo com o requerimento de Vanessa, é o decreto que permitiu uso de tropas do Exército em 24 de maio em Brasília, data de manifestação contra as reformas trabalhista e previdenciária.

Armando destaca bom desempenho das exportações

Na visão de Armando Monteiro (PTB-PE), a recuperação econômica brasileira ainda é muito débil. Segundo o senador, o resultado positivo do produto interno bruto (PIB) foi favorecido pelo desempenho do setor primário e pela supersafra agrícola. Armando, porém, destacou positivamente o desempenho das exportações.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Segundo ele, a cada US\$ 1 bilhão em exportações são mobilizados 50 mil trabalhadores em toda a cadeia envolvida. O senador disse que o produto brasileiro está mais competitivo no exterior, especialmente os manufaturados.

Reformas e boa gestão vão gerar emprego, diz Wilder

As reformas em andamento no Congresso e a boa gestão da equipe econômica favorecerão o ambiente de negócios e manterão o desemprego em baixa, afirmou Wilder Moraes (PP-GO).



Marcos Oliveira/Agência Senado

O senador elogiou o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, mas ressaltou que o Brasil ainda não está “uma maravilha”. Ele criticou a atual legislação trabalhista e previdenciária e afirmou que o setor público rouba o povo na corrupção e na carga tributária elevada.

— Quem trabalha exige que o dinheiro desviado seja devolvido.

Dário Berger comemora crescimento do PIB

O resultado do produto interno bruto (PIB) brasileiro do primeiro trimestre de 2017 foi comemorado por Dário Berger (PMDB-SC). De acordo com o IBGE, houve crescimento de 1% na comparação com o quarto trimestre de 2016. A indústria cresceu 0,9% e os serviços apresentaram estabilidade, enquanto no setor agropecuário a expansão foi de 13,4%.



Marcos Oliveira/Agência Senado

— Mais uma vez, o agromercado demonstra ser a locomotiva do crescimento sustentável deste país, merecendo, portanto, atenção especial das autoridades.

Previdência: frigoríficos contestam dívidas

Segundo representantes das empresas, elas têm créditos para receber da União maiores que seus débitos com o sistema previdenciário e não conseguem compensá-los

A COMISSÃO PARLAMENTAR de Inquérito (CPI) da Previdência ouviu ontem representantes dos frigoríficos que mais devem à Previdência Social. Segundo os convidados, a questão central é a falta de gestão, pois a dívida das empresas poderia ser compensada pelos créditos que elas têm a receber da União. No entanto, eles se queixaram de que a Receita Federal é mais rápida para cobrar do que para compensar. Já os senadores defenderam que dívidas com a Previdência não deveriam ser compensadas por créditos relativos a outros tributos.

De acordo com o representante da JBS, Fabio Chilo, o valor da dívida da empresa não diz respeito à contribuição dos empregados, e sim à patronal. Ele explicou que 100% do valor devido pela empresa à Previdência está suspenso ou garantido por seguros. A empresa está cobrando um encontro de contas, já que os créditos que ela tem com a União superariam os débitos com a Previdência.

Chilo esclareceu que, como os créditos presumidos de PIS e Cofins não podem ser contabilizados pelas empresas, e sim pela Receita, as companhias que exportam acumulam esses créditos. O saldo deve ser devolvido em dinheiro mediante pedido de ressarcimento à Receita, que homologa os créditos se estiverem corretos.

Havendo a homologação, as empresas podem fazer as compensações com tributos



Senadores Hélio José (2º à esq.) e Telmário Mota (C) debatem com Fabio Chilo (E), Heraldo Geres e Felipe Marques

federais, à exceção dos débitos previdenciários.

— Em 2007 houve uma unificação pela Receita Federal da arrecadação e da cobrança desses tributos. Essa trava não faz muito sentido.

Receita morosa

Chilo disse que o procedimento de compensação é moroso porque a Receita não tem prazo para fazê-lo. Segundo ele, a JBS tem hoje R\$ 1,5 bilhão de créditos homologados.

Os demais participantes falaram que suas empresas enfrentam o mesmo problema. Segundo Heraldo Geres, da Marfrig Global Foods, a companhia deve R\$ 980 milhões à Previdência e tem dois terços do valor incluídos no Refis da Copa (programa de recuperação fiscal feito em 2014). Ele disse que a Marfrig vem pagando o débito e que o terço restante está segurado.

Geres afirmou que a Receita não cumpre o prazo de 360 dias para fiscalizar, homologar e liberar os créditos.

— Eu sou obrigado a buscar o Judiciário — disse.

Felipe Marques, da Swift Armour, disse que a empresa tem débitos de R\$ 94 milhões com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e crédito a receber em processos que estão há 11 anos na administração pública.

— O contribuinte tem que entrar com mandado de segurança para obrigar a Receita a fiscalizar 11 anos. Depois, quando ela fiscaliza, reconhece créditos no valor originário. Aí o contribuinte se socorre do Judiciário para fazer a correção.

CPI da Verdade

O presidente da CPI, Paulo Paim (PT-RS), disse que a Previdência não pode ser onerada para compensar o débito

da União com as empresas. Afirmou também que se preocupa com o Refis, porque há os que nunca pagam e sempre renegociam.

— Para aqueles que pagam em dia, é como dizia o empresário: “Eu pago todas as minhas contribuições em dia para a sociedade e no mercado existem setores que não pagam”. Então temos que resolver isso. Por isso que o termo aqui usado foi “CPI da Verdade”.

Lasier Martins (PSD-RS) disse que a compensação de créditos defendida pela JBS é, por enquanto, apenas uma tese da empresa em discussão na Justiça. O senador quis saber também se a companhia tem dívidas com imposto de renda e imposto sobre produtos industrializados (IPI). Fábio Chilo admitiu que sim, mas disse não saber informar os valores.

— Não estou satisfeito com

o fato de o gerente jurídico da JBS não ter todos os dados. De modo que não se esgota essa investigação sobre aquela que figura como a maior devedora do Brasil — afirmou Lasier.

Por sua vez, Dalírio Beber (PSDB-SC) disse que a Previdência tem sido agente de compensação de débitos que não são dela. Para o senador, é inadmissível que se deixe de recolher a previdência para compensar créditos de exportação, PIS e Cofins. Ele afirmou que, se a legislação permite, é preciso avaliá-la.

— A matemática, no final, evidentemente vai fechar com um deficit enorme para a Previdência Social.

Regularização

O relator da CPI, Hélio José (PMDB-DF), afirmou que a proposta de reforma da Previdência que está na Câmara não leva em consideração a situação do trabalhador. Para ele, quando os grandes devedores pagarem o estoque da dívida, isso servirá para que outros não acumulem débitos, o que regularizará o fluxo financeiro da Previdência.

— É pedagógico para o Brasil saber a forma como agem os grandes devedores e por isso nós aprovamos aqui o convite a todos eles, para que a gente encontre uma forma de sanar esse problema.

Como os representantes dos frigoríficos Margen e Nicolini não compareceram à audiência, a comissão deverá votar requerimento de convocação das duas empresas.

Requião convoca cidadãos para reconstrução do país

Roberto Requião (PMDB-PR) convocou “os brasileiros que estão desvinculados da globalização financeira e do grande capital” a se unirem, suplantando o partidarismo, para a elaboração de um projeto de poder que promova a reconstrução do Brasil.

— O governo do presidente Michel Temer vem acelerando a desconstrução e o enfraquecimento dos direitos sociais obtidos com a Constituição federal, seja se eximindo ou demorando para regulamentar pontos da Carta Magna, seja avançando para diminuir o que já está garantido — disse.

Requião lamentou a aceleração das reformas trabalhista e previdenciária e outras medidas que, para ele, atentam contra a soberania nacional.



Volleimir Boreiro/Agência Senado

Valadares comemora obra de irrigação da Codevasf em Sergipe

A obra de reabilitação dos perímetros irrigados do Baixo São Francisco tornará possível a irrigação das terras e gerará milhares de empregos numa região pobre de Sergipe, comemorou Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

— Essa reabilitação tem sido uma reivindicação constante dos ribeirinhos, dos irrigantes, ao longo de mais de três décadas, e só agora o Ministério da Integração e a Codevasf [Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco] promovem esse trabalho edificante, positivo, que vai redundar no progresso de uma região — disse.

O senador cobrou mais obras que ajudem a combater a seca e a promover o desenvolvimento do Nordeste.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Benedito agradece liberação de recursos para vítimas da chuva

Benedito de Lira (PP-AL) agradeceu ao presidente Michel Temer pela liberação de R\$ 12 milhões para o atendimento às vítimas das enchentes no estado. Ele explicou que o dinheiro foi usado para a compra e distribuição de agasalhos, cestas básicas e água potável.

O senador relatou que 1,2 mil imóveis do Minha Casa, Minha Vida foram entregues em Maceió nesta semana. As residências vão beneficiar mais de 4,8 mil pessoas, disse.

Benedito reivindicou mais construções de imóveis do programa e afirmou que muitos beneficiados são pessoas que viviam em áreas de risco.

— Chegou em boa hora, até por conta dos desabrigados, das famílias que perderam suas casas.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Cidinho destaca lançamento do Plano Safra 2017–2018

Cidinho Santos (PR-MT) comemorou na quarta-feira o lançamento do Plano Safra 2017–2018. Ele lembrou que a safra deste ano foi recorde e disse acreditar que a próxima pode ser ainda melhor.

O senador saudou a liberação pelo governo de R\$ 190 bilhões para o custeio da próxima safra, disponibilizados a partir de 1º de julho. Cidinho citou a redução dos juros para o custeio da safra, de 8,5% para 7,5%, e dos juros para armazenagem e infraestrutura, que caíram de 8,5% para 6,5%.

— Que o produtor rural possa, a partir de agora, tendo juros em melhores condições, tendo crédito disponível, renovar o parque de máquinas, ampliar armazéns. Isso é importante para a economia.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Viana pede veto a MPs que reduziram áreas de preservação

Jorge Viana (PT-AC) disse, na quarta-feira, ter esperança de que o presidente Michel Temer vete as medidas provisórias que alteram áreas de preservação no Pará e em Santa Catarina.

A MP 756/2016 alterou os limites do Parque Nacional do Rio Novo e da Floresta Nacional do Jamanxim, no Pará, e do Parque Nacional de São Joaquim, em Santa Catarina.

A MP 758/2016, por sua vez, alterou os limites do Parque Nacional do Jamanxim para adequá-lo à passagem da estrada de ferro EF-170, ligando o Centro-Oeste ao norte do Pará.

Para o senador, se Temer não vetar, há a possibilidade de a Procuradoria-Geral da República entrar com ação direta de inconstitucionalidade contra as medidas.